



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO**

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	A responsabilidade das partes nos contratos de arrendamento e de parceria rural inseridos no Sistema Integrado de Produção Agrossilvipastoril
Autor	MARIANA LACORTT ROXO
Orientador	KELLY LISSANDRA BRUCH

Aluna: Mariana Lacortt

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Kelly Lissandra Bruch

Título do Projeto: A RESPONSABILIDADE DAS PARTES NOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E DE PARCERIA RURAL INSERIDOS NO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO AGROSSILVIPASTORIL

RESUMO

O objetivo geral do trabalho é o mapeamento das responsabilidades dos contratantes, no arrendamento e na parceria rural, inseridos em um sistema produtivo integrado, denominado agrossilvipastoril. Estas modalidades de avença pertencem ao ramo do direito agrário brasileiro e possuem suas disposições regentes expressas em lei, com a finalidade de organizar a exploração das atividades no campo. Os sistemas integrados de produção agrossilvipastoril (SIPA, ou também ILPF) oportunizam eficiência no agronegócio ao possibilitar a atuação de mais de um agente sobre uma mesma área rural, tendo como intuito promover a diversificação de cultivos e buscar a sustentabilidade. Em face disso, a pergunta que se pretende responder é como equalizar as obrigações e as responsabilidades nesta cadeia, oriundas das relações entre o proprietário e os produtores. Ademais, o SIPA pode ser entendido como um meio de colocar em prática alguns dos princípios que regem os contratos agrários, como o uso racional da terra, a função social da propriedade e o desenvolvimento na seara agropecuária e florestal. Por existir uma convergência finalística entre ambos os institutos, torna-se imprescindível o seu estudo de forma conjunta. A importância da temática decorre de questões práticas, pela necessidade de negociações mais eficientes e maior segurança jurídica no âmbito do agronegócio, bem como pela falta de estabilidade e clareza nas relações entre as partes. A pesquisa se utiliza do método descritivo-exploratório e da análise jurisprudencial para mapear as responsabilidades entre os atores envolvidos, os quais estabelecem entre si vínculos obrigacionais. Desse modo, os objetivos específicos são: revisar a literatura especializada, contextualizando-as e a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A escolha do TJRS decorre da relevância do estado na produção agrícola do Brasil, além de ser o local de realização desta pesquisa. Em razão da pesquisa estar em andamento, ainda não foram obtidos resultados.